

Lideranças em questão

JORNAL DO BRASIL

23 JAN 1987

ANC P31

Luiz Orlando Carneiro

NO bazar político que virou Brasília, às vésperas da instalação da Assembleia Nacional Constituinte, da posse dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e da eleição das mesas das duas Casas, os postos de líderes na Câmara, no Senado e na Constituinte passaram a ter cotações tão relativas quanto a ainda imprevisível forma de coabitação do Congresso e da Constituinte.



Coisas da política

Parlamentares que colecionam mais de dois mandatos têm uma convicção: não deverão ter grande poder de fato as lideranças, sejam elas dos partidos maiores, do Governo, da maioria ou da minoria — independentemente do sucesso ou fracasso da “dieta” preconizada pelo aparentemente todo-poderoso Ulysses Guimarães para os trabalhos da Câmara e do Senado, enquanto durar a Constituinte.

Para eles, a Assembleia Constituinte tende a ser um tabuleiro de xadrez em que as peças — peões, bispos, torres, cavalos, o rei e a rainha — atuarão frequentemente à margem das jogadas clássicas e dos ensinamentos dos grandes mestres, na linha do xadrez segundo Machado de Assis: “Um jogo delicioso ..., imagem da anarquia, onde a rainha come o peão, o peão come o bispo, o bispo come o cavalo, e ... todos comem a todos”.

Cada constituinte acabará por ser mais sua própria circunstância, parte de grupos político-ideológicos mais sujeitos a grupos de pressão externos do que submissos ao báculo de lideranças frutos de conchavos partidários, neste momento em que os partidos em geral permanecem sem feições programáticas bem delineadas (PFL) ou como frentes populares em que sempre cabe mais um (PMDB). Funcionando o Congresso paralelamente à Assembleia Constituinte, os líderes dos partidos terão influência em suas bancadas apenas no varejo político.

É claro que líderes de personalidade marcante poderão e deverão influir no comportamento de suas bancadas. É o caso de Mário Covas, de Fernando Henrique Cardoso e de Jarbas Passarinho, os dois primeiros tidos como certos para as lideranças do PMDB na Constituinte e no Senado, respectivamente, e o ex-ministro virtual líder do PDS na Câmara Alta.

Mas o encaminhamento das eleições para as lideranças das duas Casas (e da Constituinte) reflete a tendência acima apontada por parlamentares experientes. Na Câmara, a disputa é mais acirrada, sobretudo no PMDB (o partido amplamente majoritário), porque o cargo, além de ser título nada desprezível para enriquecer qualquer *curriculum vitae* e muito vantajoso em termos de regalias e poder internos, é prêmio ou compensação no natural embate de forças políticas regionais e partidárias em busca de maior representatividade explícita. Minas Gerais quer a liderança do PMDB

na Câmara por ter a maior bancada, mas o nome do líder é questão secundária, o que contraria a própria definição dicionarizada de liderança — forma de dominação baseada no prestígio pessoal e aceita pelos dirigidos.

O PFL — que vem ostentando com insistência o troféu de ter feito 25% do Parlamento — não terá problema formal de liderança no Senado. O senador Carlos Chiarelli foi reconduzido, por aclamação, ao posto, embora não se descarte a possibilidade de o ministro Marco Maciel acabar por deixar o Palácio do Planalto, e exercer sua inegável liderança na Constituinte e até na presidência do partido. Mesmo porque os 118 deputados do PFL estão divididos quanto à liderança na Câmara, disputada pelo atual líder José Lourenço (BA) e pelo irrequieto José Thomaz Nonô (AL) — que vem de criar mais um problema para a ala governista do partido, ao contrariar o acordo firmado entre Ulysses Guimarães e os ministros Maciel e Aureliano Chaves, ao propor a convocação dos dois candidatos do PMDB à presidência da Câmara para um debate com a bancada federal do PFL.

A questão das lideranças — de sua maior ou menor importância nos trabalhos do Congresso-Constituinte — não pode, em suma, ser desvinculada da questão do “recesso branco” ou “dieta”. Para o deputado Bonifácio de Andrade (PDS-MG), por exemplo, se a Câmara e o Senado funcionarem normalmente, a Constituinte acabará por ser apenas uma grande comissão. Os líderes formais deveriam ser os líderes na Constituinte, como, aliás, ocorreu em 1946, quando o presidente e o vice-presidente da “Grande Comissão”, Nereu Ramos (PSD) e Prado Kelly (UDN), foram também, respectivamente, os líderes da maioria e da minoria.

Agora, entretanto, no jogo de xadrez machadiano que deverá ser esta Constituinte, não há mais aquela divisão clássica maioria (PSD-PTB) — minoria (UDN). Se a maioria é o PMDB mais o PFL, em tese, a minoria seria formada pelos partidos programaticamente de esquerda (PT, PDT, PCB, PC do B), cuja representação total na Assembleia será igual a 50. Como a esquerda, a centro-esquerda, o centro, a centro-direita e a direita vicejam no PMDB, os líderes de fato tendem a ser aqueles que, por seu prestígio pessoal e por um claro perfil político-ideológico, consigam conduzir seus rebanhos quando do debate dos grandes temas institucionais.

Quanto ao Governo, que não ficará evidentemente de braços cruzados, não lhe interessa criar uma discussão envolvendo PMDB e PFL em torno de um “líder do Governo”. Para o Executivo, a Presidência da Constituinte (definitivamente nas mãos de Ulysses Guimarães) e o cargo de relator da “Grande Comissão” são os mais importantes. O Palácio do Planalto e a cúpula do PMDB estão atentos para que não ocorra algo parecido com o episódio Bierrenbach, responsável pelo penoso e desgastante processo de votação da emenda do presidente Sarney convocatória da Assembleia Constituinte.

Luiz Orlando Carneiro é diretor do JORNAL DO BRASIL em Brasília